



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679705 - CE (2021/0216856-3)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : LUCAS BRENDON CORREIA BEZERRA
ADVOGADO : LUCAS BRENDON CORREIA BEZERRA - CE037863
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : FRANCISCO GLEDSON SILVA DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : FRANCISCO EVANILDO DE BRITO RABELO
CORRÉU : ANTONIO JOSE SOUZA DA SILVA
CORRÉU : ELIZEU FERREIRA LOPES JUNIOR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FRANCISCO GLEDSON SILVA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

O paciente foi condenado ao cumprimento de 7 anos e 4 meses de reclusão, mais o pagamento de 12 dias-multa, como incurso no art. 157, § 2º, incisos I e II e no art. 288, parágrafo único, c/c o art. 69, todos do Código Penal. Após a detração do período de prisão provisória, equivalente a 3 anos e 11 meses, restaram 3 anos e 1 mês de reclusão a serem cumpridos inicialmente no regime aberto.

O impetrante sustenta a existência da prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa, em relação aos crimes imputados ao paciente.

Requer a concessão da ordem para que seja determinada a extinção da punibilidade em favor do paciente, nos termos do art. 107, inciso IV, do Código Penal.

Quanto ao delito previsto no art. 157, § 2º, I e II, acaso não seja reconhecida a prescrição punitiva em sua modalidade retroativa, postula subsidiariamente pela redução da pena base ao seu mínimo legal, em função da grave afronta à súmula 444 do STJ.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há a necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação do paciente. Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência